



UNIVERSIDADE LA SALLE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIA CAPALONGA FRANCO

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO
SUPERIOR:
diretrizes para a elaboração de um plano de ação**

Canoas
2026

JULIA CAPALONGA FRANCO

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO
SUPERIOR:
diretrizes para elaboração de um plano de ação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade La Salle como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jardelino Menegat

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA 007/2026

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas (horário de Brasília), por videoconferência (meet.google.com/qoo-btyo-qcd), teve lugar o ato público de defesa da dissertação intitulada, **“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO SUPERIOR: FUNDAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO”**, de Julia Capalonga Franco, estudante do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, deste Programa de Pós-Graduação, sob a minha orientação Prof. Dr. Ir. Jardelino Menegat, perante a Banca Examinadora constituída pela Prof.^a Dr.^a Hildegard Susana Jung, pelo Prof. Dr. Douglas Vaz, ambos da Universidade La Salle, pela Prof.^a Dr.^a Fabiana Ferreira Pimentel, da Universidade Católica de Petrópolis. Na condição de presidente da comissão examinadora, dei início aos trabalhos apresentando os membros da Banca Examinadora e cumprimentando as pessoas presentes que vieram prestigiar o ato. Após informar sobre a ordem dos trabalhos, passei a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua dissertação. Na sequência, os membros da Banca passaram a arguir na seguinte ordem: Fabiana Ferreira Pimentel, Hildegard Susana Jung e Douglas Vaz. A Banca Examinadora retirou-se para um ambiente de acesso exclusivo a fim de deliberar. **A Banca Examinadora aprova, e sugere, dentro possível, incorporar as ideias dos pareceres dos integrantes da banca, bem como recomenda transformar a dissertação em artigos acadêmicos.** Nada mais havendo a constar, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos membros da Banca Examinadora.

Canoas, 8 de maio de 2026.

Prof. Dr. Ir. Jardelino Menegat
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Douglas Vaz
Examinador

Prof.^a Dr.^a Hildegard Susana Jung
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Fabiana Ferreira Pimentel
Examinadora

JULIA CAPALONGA FRANCO

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO
SUPERIOR: FUNDAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de
mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação,
da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fabiana Ferreira Pimentel
Universidade Católica de Petrópolis

Prof. Dr. Douglas Vaz
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a. Dr.^a. Hildegard Susana Jung
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Ir. Jardelino Menegat
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Educação
Curso: Mestrado em Educação

Canoas, 8 de maio de 2026.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F825e Franco, Julia Capalonga.

Educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior
[manuscrito] : diretrizes para a elaboração de um plano de ação / Julia
Capalonga Franco – 2026.

64 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Prof. Dr. Jardelino Menegat”.

1. Educação. 2. Agenda 2030. 3. Ensino superior. 4. Plano de ação.
I. Menegat, Jardelino. II. Título.

CDU: 504:37

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

AGRADECIMENTOS

Encerrar este ciclo acadêmico é concretizar um sonho. Expresso minha gratidão a todos que trilharam esse caminho ao meu lado.

À minha família, em especial meu companheiro Bruno, que foi meu porto seguro e minha principal fonte de inspiração e força. Obrigada pela paciência, pelas noites de estudo compartilhado, pelo incentivo constante e por acreditar no meu potencial, mais do que eu mesma.

À Universidade La Salle e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), pela formação acadêmica e pelo diálogo constante. Agradeço imensamente pela compreensão e pelo acolhimento institucional diante do meu afastamento cirúrgico; tal apoio foi fundamental para que eu pudesse conciliar os cuidados com a saúde e a conclusão deste ciclo com o vigor necessário."

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jardelino Menegat, agradeço pela confiança, pela sensibilidade em compreender meus momentos de limitação física e pela generosidade em compartilhar conhecimentos que foram essenciais para o meu amadurecimento intelectual.

Gostaria de agradecer aos professores Fabiana, Hildegard e Douglas Vaz por aceitarem compor esta banca, pelas contribuições e pelo olhar clínico dedicado a esta pesquisa. Minha gratidão se estende além do campo acadêmico, para os encontros remotos de socorro após reuniões de colegiado, durante à enchente no meio do canil e muito mais.

O olhar atento e o suporte de vocês foram fundamentais para que este trabalho amadurecesse e ganhasse a forma que se apresenta hoje.

Obrigada!

**“A experiência é tudo aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos
passar nos forma e nos transforma.
Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.”
Larrosa (2002, p. 26)**

RESUMO

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) emerge como resposta estratégica aos desafios contemporâneos impostos pela crise ambiental, desigualdade social e instabilidade econômica. Alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a EDS busca promover uma formação cidadã crítica e transformadora, exigindo, no ensino superior, uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas e do compromisso institucional. Nesse cenário, compreende-se que a EDS amplia os horizontes da Educação Ambiental (EA), que lança bases críticas sobre a conservação ecológica e a conscientização política do meio ambiente, já a EDS articula essa visão de maneira sistêmica, interconectando as pautas ecológicas às esferas social, cultural e econômica da sustentabilidade global. Vinculada à Linha de Pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas do PPGEdU da Universidade La Salle, esta pesquisa parte do seguinte problema: de que maneira a EDS pode subsidiar a elaboração de um plano de ação que favoreça sua integração e fortalecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES)? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições que fundamentam a elaboração de um plano de ação para a integração da educação voltada ao desenvolvimento sustentável no ensino superior. Para tanto, definiram-se três objetivos específicos: (a) Compreender os fundamentos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no contexto do ensino superior; (b) Identificar os desafios e as oportunidades nas produções acadêmicas voltadas à inserção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior; e (c) Propor um plano de ação que potencialize a integração da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior a partir da lógica de campus sustentáveis e laboratórios vivos. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2016). O corpus documental foi constituído por produções indexadas na SciELO e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2015-2024), selecionadas por descritores associados à EDS e aos 17 ODS. O referencial teórico dialoga com autores centrais como Morin, Gadotti, Cortese, Griebeler e Veiga, além de documentos normativos da UNESCO. Os achados revelam que a EDS demanda uma abordagem transdisciplinar e sistêmica, superando a fragmentação curricular. Contudo, persistem desafios como a falta de indicadores institucionais e a integração superficial dos ODS. Como resultado, o estudo fundamenta um Plano de Ação estruturado em quatro eixos estratégicos: Gestão Institucional e Campus como Laboratório Vivo (Living Lab); Sustentabilidade Curricular e Transversalidade; Pesquisa Interdisciplinar e Inovação; e Extensão e Diálogo de Saberes. A centralidade no conceito de Living Labs justifica-se por sua capacidade de converter a infraestrutura e a comunidade universitária em espaços dinâmicos de experimentação e inovação aberta, onde estudantes, docentes e gestores co-criam, testam e avaliam soluções sustentáveis em tempo real e em escala real. Conclui-se que a EDS, ao ser incorporada como princípio organizador, transforma o espaço acadêmico em um ecossistema de resiliência e ética, essencial para o cumprimento da Meta 4.7 do Objetivo 4 da Agenda 2030.

Palavras chave: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Agenda 2030. Ensino Superior. Plano de Ação. *Living Labs*

ABSTRACT

Education for Sustainable Development (ESD) emerges as a strategic response to contemporary challenges imposed by the environmental crisis, social inequality, and economic instability. Aligned with the United Nations (UN) 2030 Agenda, ESD seeks to promote critical and transformative citizenship, demanding a profound restructuring of pedagogical practices and institutional commitment in higher education. In this scenario, it is understood that ESD expands the horizons of Environmental Education (EE), which lays critical foundations for ecological conservation and political awareness of the environment, whereas ESD articulates this vision systemically, interconnecting ecological agendas with the social, cultural, and economic spheres of global sustainability. Linked to the Research Line of Management, Education, and Public Policies of the PPGEduc at Universidade La Salle, this research stems from the following problem: in what ways can ESD subsidize the development of an action plan that fosters its integration and strengthening in Higher Education Institutions (HEIs)? The general objective is to analyze the contributions that ground the elaboration of an action plan for the integration of education focused on sustainable development in higher education. To this end, three specific objectives were defined: (a) to understand the theoretical foundations of ESD within this context; (b) to identify challenges and opportunities in academic productions regarding its institutional insertion; and © Propose an action plan that enhances the integration of Education for Sustainable Development (ESD) in higher education institutions, based on the rationale of sustainable campuses and living labs. Methodologically, the research adopts a qualitative approach of a bibliographic nature, with content analysis based on Bardin (2016). The documentary corpus consisted of productions indexed in SciELO and the CAPES Catalog of Theses and Dissertations (2015-2024), selected through descriptors associated with ESD and the 17 SDGs. The theoretical framework dialogues with core authors such as Morin, Gadotti, Cortese, Griebeler, and Veiga, as well as normative documents from UNESCO. The findings reveal that ESD demands a transdisciplinary and systemic approach, overcoming curricular fragmentation. However, challenges persist, such as the lack of institutional indicators and the superficial integration of the SDGs. As a result, the study grounds an Action Plan structured into four strategic axes: Institutional Management and Campus as a Living Lab; Curricular Sustainability and Transversality; Interdisciplinary Research and Innovation; and Extension and Dialogue of Knowledges. The centrality of the Living Labs concept is justified by its capacity to convert the university infrastructure and community into dynamic spaces for experimentation and open innovation, where students, faculty, and managers co-create, test, and evaluate sustainable solutions in real-time and on a real scale. It is concluded that ESD, when incorporated as an organizing principle, transforms the academic space into an ecosystem of resilience and ethics, essential for the fulfillment of Target 4.7 of Goal 4 of the 2030 Agenda.

Keywords: Education for Sustainable Development (ESD). 2030 Agenda. Higher Education. Action Plan. Living Labs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da etapa da análise de conteúdo conforme Bardin.....	21
Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade.....	32
Figura 3 - 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	34
Figura 4 - 5'Ps da sustentabilidade.....	36
Figura 5 - 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	37
Figura 6 - Eixos estratégicos do plano de ação.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Busca de termos para o mapeamento de artigos, dissertações e teses.....	20
.....	
Quadro 2 - Artigos, dissertações e teses de maior relevância para o presente trabalho	24
Quadro 3 - Linha do tempo dos principais eventos e políticas climáticas.....	33
Quadro 4 - Diferença entre a Educação Ambiental (EA) e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).....	40
.....	
Quadro 5 - Matriz de Correspondência e Tratamento dos Resultados.....	51
Quadro 6 - Quadro-síntese dos Objetivos dos Eixos estratégicos.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DS - Desenvolvimento Sustentável

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DCN - Diretriz Curricular Nacional

EDS - Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

IES - Instituições de Ensino Superior

ISO - International Organization for Standardization

ODM - Objetivos do Milênio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PIBID - Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNILASALLE - Universidade La Salle

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UR - Unidades de Registro

WHEC - World Higher Education Conference (Conferência Mundial de Educação Superior)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1 Caracterização do estudo.....	17
2.2 Relevância do estudo.....	20
2.2.1 Relevância acadêmico-científica.....	22
2.2.2 Relevância social.....	24
2.2.3 Relevância pessoal.....	25
2.3 Problema, objetivos, hipótese e justificativa.....	27
2.3.1 Problema.....	27
2.3.2 Objetivo geral.....	28
2.3.3 Objetivos específicos.....	28
2.3.4 Hipótese e justificativa.....	28
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
3.1 Desenvolvimento Sustentável: conceito e dimensões.....	30
3.2 Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	34
3.3 A Educação Ambiental e a Sustentabilidade.....	37
3.4 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	39
3.5 Contribuições teóricas para a integração da EDS nas instituições de ensino superior.....	41
4 DIRETRIZES DE UM PLANO DE AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	46
4.1 Fundamentos teóricos e práticos.....	47
4.2 Detalhamento dos eixos estratégicos do plano de ação.....	47
4.3 Diretrizes de um plano de ação para a integração da educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
5.1 Avaliação dos objetivos e limitações da pesquisa.....	57
5.2. Possibilidades de futuras pesquisas.....	58
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O estudo “Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior: Fundamentos para a Elaboração de um Plano de Ação” se insere na Linha de Pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas atinente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade La Salle. Alinhado aos objetivos do Programa e da Linha de Pesquisa, que se propõe o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pode subsidiar a elaboração de um plano de ação que favoreça sua integração e fortalecimento no ensino superior?

A referida linha de pesquisa:

§ 2º Investiga o direito à educação no contexto dos dispositivos legais internacionais e nacionais e suas articulações com as políticas públicas educacionais no Brasil. Aprofunda os fundamentos teóricos, modelos e práticas de gestão educacional e das instituições de ensino bem como a formação dos gestores (Universidade La Salle, 2024, p. 6).

Nesse contexto, a EDS assume papel central ao ser compreendida como um campo estratégico frente às crises contemporâneas que atravessam o planeta. As recorrentes catástrofes climáticas vivenciadas nos últimos anos, como a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul, secas prolongadas¹ principalmente nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, ondas de calor intensas² e incêndios florestais que evidenciam a intensificação das mudanças climáticas e a fragilidade dos atuais modelos de desenvolvimento. Relatórios internacionais, como os do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)³, têm reiterado que tais eventos não são fenômenos isolados, mas resultado de processos históricos associados à exploração excessiva dos recursos naturais, às desigualdades socioeconômicas e à ausência de políticas sustentáveis de longo prazo, o que reforça a urgência de uma educação comprometida com a transformação social.

Os compromissos globais reforçam a importância de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)

¹ Monitor de Secas para o mês de novembro do ano de 2025. Disponível em: <https://l1nk.dev/t3yj61k>. Acesso em 12 de janeiro de 2026

² Ondas de Calor. Disponível em: <https://l1nk.dev/vevrb0t>. Acesso em 12 de janeiro de 2026

³ Painel intergovernamental sobre mudanças do clima - IPCC. Disponível em: <https://acesse.one/adzrx46>. Acesso em 12 de janeiro de 2026

configura-se como um campo estratégico e imprescindível diante dos desafios contemporâneos, ao integrar saberes, práticas e valores orientados pelos pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômica. Alinhada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como às declarações ambientais e conferências internacionais que discutem o estado atual do planeta, a EDS busca promover uma formação cidadã crítica, consciente e socialmente comprometida com a transformação da atualidade.

A Declaração de Dakar, dentro deste contexto, valida o engajamento internacional com a melhoria contínua da educação em todos os níveis e que “constitui a chave para um desenvolvimento sustentável” (Declaração de Dakar, 2000, p.8). Os compromissos globais reforçam a importância de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com igualdade de acesso e superação das desigualdades estruturais, como as de gênero (ONU, 2015). Assim, identificamos que a UNESCO têm destacado que a EDS deve promover competências críticas, pensamento sistêmico, participação social e responsabilidade ética, ao longo das últimas décadas, possibilitando a compreensão das causas estruturais das crises ambientais e atuando de forma consciente e colaborativa.

Conforme elucidado anteriormente, no cenário brasileiro, as diretrizes internacionais tensionam uma realidade marcada por profundas contradições. O avanço dos garimpos ilegais⁴, especialmente em territórios indígenas da Amazônia, as queimadas recorrentes e o desmatamento desenfreado em biomas como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal⁵ evidenciam a persistência de práticas predatórias que comprometem a biodiversidade, os direitos humanos e o equilíbrio climático global, afastando o Brasil da implementação das 17 ODS da Agenda 2030 (UNESCO, 2017) em sua integralidade. Tais problemáticas revelam a urgência de uma educação que não apenas informe, mas forme sujeitos críticos, capazes de analisar as relações entre desenvolvimento, poder, economia e meio ambiente, bem como de intervir de maneira ética e sustentável na sociedade.

Diante da carência por transformações estruturais nos modos de pensar, agir e educar, especialmente frente aos principais desafios apontados pela Agenda 2030,

⁴ Notícia sobre o Garimpo ilegal de ouro na Amazônia IBRAM, disponível em: <http://bit.ly/4xKCXNL>. Acesso em 12 de janeiro de 2026

⁵ Queimadas nos principais biomas brasileiros referente aos meses de agosto e setembro do ano de 2024, disponível em: <https://bit.ly/4gACBTH>. Acesso em 12 de janeiro de 2026

torna-se necessário refletir sobre como a EDS pode ser efetivamente integrada às instituições de ensino superior. Na escrita de Nishimura (2015, p. 19-20) [...] as instituições de ensino superior são atores sociais institucionais de imprescindível importância e grande influência na formação da consciência sobre o desenvolvimento sustentável (DS) de uma sociedade. Essas instituições, enquanto espaços privilegiados (Barreto, 2010) de formação crítica, produção de conhecimento e inovação, possuem papel estratégico na articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e compromisso social, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis em nível local e global.

Essa evolução institucional caminha na direção do conceito de Universidades Sustentáveis, que são aquelas que incorporam a sustentabilidade de forma holística: na sua governança, na gestão ecoeficiente do campus, no currículo e nas relações com a comunidade. Para que essa transição não fique restrita à teoria, o modelo de Universidade Sustentável exige metodologias ativas e aplicadas, encontrando nos Living Labs (Laboratórios Vivos) o veículo ideal. Os Living Labs transformam o próprio campus em um ecossistema de inovação aberta e experimentação em tempo real, onde estudantes, gestores e a comunidade co-criam, testam e validam soluções socioambientais integradas à realidade local.

A partir disso, o objetivo geral desta pesquisa foi formulado da seguinte forma: analisar as contribuições que fundamentam a elaboração de um plano de ação para a integração da educação voltada ao desenvolvimento sustentável no ensino superior. De forma a operacionalizar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- A. Compreender os fundamentos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no contexto do ensino superior.
- B. Identificar os desafios e as oportunidades nas produções acadêmicas voltadas à inserção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior.
- C. Propor um plano de ação que potencialize a integração da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior a partir da lógica de campus sustentáveis e laboratórios vivos.

A análise das contribuições teóricas permitiu não apenas mapear referenciais que embasam a EDS, mas também identificar os desafios e potencialidades de sua

implementação. Assim, os subsídios concretos oferecem para a construção de um plano de ação que possa ser aplicado e/ou adaptado por instituições comprometidas com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Feitas tais considerações, o projeto de pesquisa está estruturado nos seguintes capítulos:

- Introdução, apresenta a delimitação do tema e a contextualização do objeto de estudo, estabelecendo a justificativa, o problema de pesquisa, as hipóteses e os objetivos geral e específicos que norteiam o trabalho;
- O capítulo 2 - os procedimentos metodológicos, que detalha o percurso de pesquisa adotado, descreve a natureza da pesquisa, os critérios de busca sistemática nas plataformas acadêmicas e as técnicas de análise que conferem rigor científico ao estudo;
- O capítulo 3 - a fundamentação teórica, onde é discutida a evolução histórica do desenvolvimento sustentável, os marcos institucionais da Agenda 2030 e o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) sob a ótica de autores como Morin, Cortese e Beuron, fundamentando a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e o paradigma das Universidades Sustentáveis como eixo transformador;
- O capítulo 4 - os fundamentos do Plano de Ação, desenvolve uma estratégia estruturada visando a integração prática da sustentabilidade no cotidiano universitário por meio do conceito de Living Labs;
- o Capítulo 5 - as considerações finais, sintetizam os principais achados da pesquisa, refletindo sobre as contribuições teóricas e práticas alcançadas. Nesta seção, retomam-se as questões iniciais e apontam-se as perspectivas para trabalhos futuros e limitações do estudo; E por fim
- Apresentam-se as referências, que listam o aporte bibliográfico consultado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciar uma pesquisa é também dar início a uma travessia, uma jornada marcada por inquietações, escolhas e compromissos que ultrapassam o âmbito técnico. O caminho metodológico, nesse contexto, não se limita a um conjunto de procedimentos operacionais, ele representa uma escolha ética, política e epistemológica que orienta o pesquisador, sustenta a coerência do estudo e confere legitimidade ao conhecimento produzido.

No campo da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), essa travessia metodológica adquire contornos ainda mais desafiadores e potentes. Isso porque pesquisar a EDS implica reconhecer sua complexidade, o que provoca o pesquisador a articular diferentes saberes, a considerar múltiplas vozes e a implicar criticamente nas transformações que deseja compreender ou fomentar.

Este capítulo, constitui-se como o espaço em que se delineiam os fundamentos, as escolhas e os procedimentos metodológicos que sustentam esta pesquisa. É no gesto atento de leitura, análise e interpretação que se constrói a base sobre a qual os fundamentos do plano de ação proposto poderão ser afirmados como uma contribuição significativa para o fortalecimento da EDS no ensino superior.

2.1 Caracterização do estudo

Refletir sobre o método de pesquisa implica considerar "a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos" (Azevedo, Machado e Silva, 2011, p. 43).

Nesse sentido, o delineamento deste estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, onde Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 28), atestam ser "elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet".

A pesquisa bibliográfica, desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento científico pois possibilita a revisão e a sistematização de teorias já consolidadas, além de permitir uma compreensão aprofundada dos conceitos e da temática a ser investigada. Gil (2002, p. 4) destaca como uma de suas principais

vantagens o fato de proporcionar ao pesquisador “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Quando conduzida sob uma abordagem qualitativa, a pesquisa assume um caráter interpretativo. Para Creswell (2007, p. 187, tradução nossa), a abordagem qualitativa é “[...] fundamentalmente interpretativa, pois o pesquisador analisa os dados a partir de uma visão holística dos fenômenos sociais”, sendo que “quanto mais complexa, interativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo”.

Trata-se, portanto, de uma investigação que busca compreender significados, contextos e perspectivas, privilegiando uma análise crítica das fontes e permitindo reflexões aprofundadas, bem como a identificação de lacunas no conhecimento. A busca por significados, contextos e perspectivas, que primam a análise crítica das fontes, possibilitando a reflexão e a identificação de lacunas no conhecimento. Nesse sentido, Da Silva e Menezes (2005, p. 20) afirmam que:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Na articulação entre relevância, problema e objetivos da investigação, Cellard (2008, p. 305) reflete:

[...] a qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das interseções, que dão profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise.

Nesta pesquisa, buscamos materiais científicos nas plataformas Scielo e no Repositório de Teses e Dissertações da Capes, com os principais critérios de inclusão: 1) publicações entre 2015 e 2024, período escolhido a partir do lançamento da Agenda 2030⁶; 2) idiomas português e inglês; além de 3) estar disponível na íntegra.

Para a execução do levantamento, utilizaram-se os descritores “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, “Agenda 2030”, “Objetivos do

⁶ A Agenda do Desenvolvimento Sustentável, disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda-retired/> - Acesso em 15 de janeiro de 2026

Desenvolvimento Sustentável” e “ODS nas Instituições de Ensino Superior”, cujos quantitativos detalhados estão sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Busca de termos para o mapeamento de artigos, dissertações e teses.

Termos de busca	Plataforma	Período da busca	Número de registros
"Educação Para o Desenvolvimento Sustentável"	Repositório de Teses e Dissertações da CAPES	2015-2024	88
	SciELO		8
"Agenda 2030"	Repositório de Teses e Dissertações da CAPES		1135
	SciELO		413
"Objetivos do Desenvolvimento Sustentável"	Repositório de Teses e Dissertações da CAPES		8978
	SciELO		89
"ODS Nas Instituições de Ensino Superior"	Repositório de Teses e Dissertações da CAPES		2
	SciELO		3

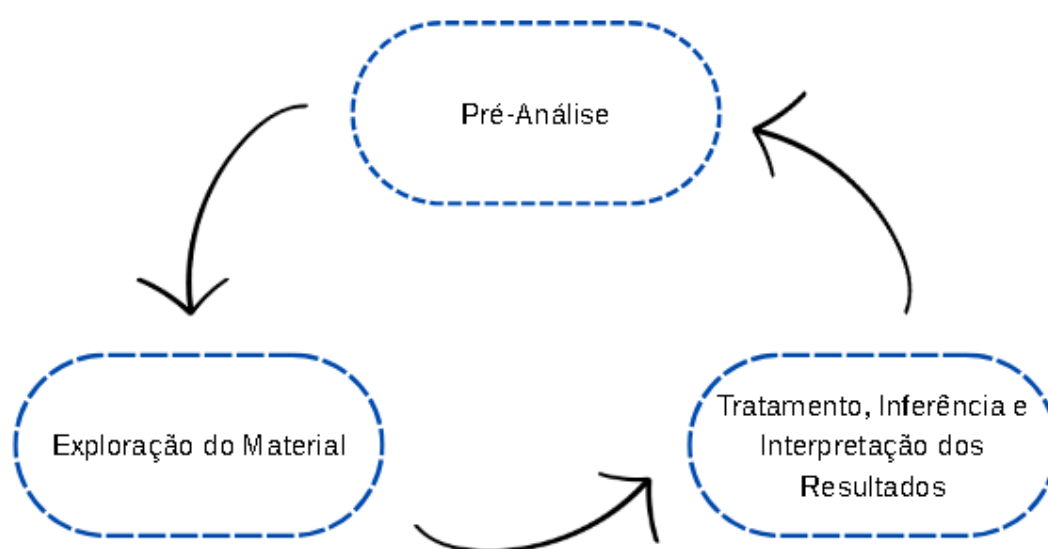
Fonte:Elaborado pelo autor (2024).

A análise dos registros revela uma disparidade significativa no volume de publicações conforme o termo empregado. A busca por “Agenda 2030” retornou 1.548 referências, das quais apenas 22 apresentaram aderência direta ao escopo deste estudo. Em contraste, os descritores “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” e “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” apresentaram maior amplitude, gerando 96 e 9.067 ocorrências, respectivamente. Por fim, o termo específico “ODS nas Instituições de Ensino Superior” apresentou o menor corpus, com apenas cinco trabalhos identificados; estes, contudo, trazem contribuições relevantes ao discutirem a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os ODS e a mobilização acadêmica em torno das novas metas globais.

O exame das produções mapeadas fundamentou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Enquanto método, essa abordagem compreende um conjunto de técnicas de investigação das comunicações, valendo-se de

procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição e interpretação do conteúdo das mensagens. O percurso metodológico estruturou-se em etapas interdependentes, conforme sistematizado no mapa conceitual da Figura 1.

Figura 1 - Mapa da etapa da análise de conteúdo conforme Bardin (2016, p. 95).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Nesse sentido, Bardin (2016) enfatiza que tal metodologia transcende a mera quantificação de dados textuais; constitui-se como um esforço interpretativo que permite ao pesquisador desvelar os significados subjacentes e as inferências contidas no corpus documental.

A relevância do estudo proposto tem como justificativas três dimensões: a pessoal-profissional, social e a acadêmico-científica, sendo que estas são descritas no capítulo atinente à relevância do estudo e à abordagem metodológica.

2.2 Relevância do estudo

A temática “sustentabilidade” ganhou grande destaque em um contexto global marcado por crises climáticas, perda de biodiversidade e desigualdade social e econômica, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) se apresenta

como uma abordagem que vai além da transmissão de conhecimento, promovendo consciência crítica e engajamento ativo.

O documento “Shaping the Future We Want” (Moldando o Futuro que Queremos) desenvolvido pela UNESCO (2014, p. 20, tradução nossa) enfatiza que “a EDS visa incentivar a transformação da educação contribuindo efetivamente para a reorientação das sociedades rumo ao desenvolvimento sustentável”.

Para Branco; Linard; Sousa (2011, p. 26), a EDS se configura como “um mecanismo político-pedagógico para inserir a sustentabilidade no âmbito de desenvolvimento”. Essa interpretação busca alinhar práticas educativas com estratégias que promovam consciência crítica, participação ativa e transformação social, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e equilibradas, em harmonia com os desafios ambientais, sociais e econômicos do século XXI, onde sob a perspectiva de Gadotti (2016, p. 4), a EDS é concebida como “um conceito integrativo (integrando educação, saúde, trabalho, ciências etc.) e interativo”, que articula saberes, práticas e valores a favor de uma transformação socioambiental.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a sustentabilidade não pode ser alcançada de forma isolada, mas exige a colaboração entre indivíduos, comunidades e instituições, promovendo um diálogo contínuo entre diferentes áreas do conhecimento e de práticas pedagógicas, voltado para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável, com isso:

A EDS implica mudar o sistema, implica o respeito à vida, o cuidado diário com o planeta e o cuidado com toda a comunidade da vida. Isso significa, compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos (respeito à Terra e a toda a diversidade da vida; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construção de sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas). A EDS é um ponto central do sistema educacional voltado para o futuro. Contudo, não é suficiente mudar o comportamento das pessoas; nós precisamos de iniciativas políticas (GADOTTI, 2008, p.39).

Nesse sentido, as universidades desempenham um papel estratégico ao incorporar a sustentabilidade em suas diretrizes acadêmicas, formando profissionais preparados para enfrentar os desafios globais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, que se explica no seguinte trecho:

Entende-se a universidade como um tipo de organização que apresenta um escopo diferenciado: que a produção científica, baseada no ensino, na pesquisa e na extensão subsidie uma formação humana capaz de preparar

os profissionais para uma atuação responsável e transformadora da sociedade. (BEURON, 2016, p. 43)

Para isso, as instituições de ensino superior podem integrar a EDS por meio da inclusão da sustentabilidade como eixo transversal nos currículos, alinhando-os às Diretrizes Curriculares Nacionais⁷ (DCNs).

A oferta de disciplinas que incorporam a Agenda 2030 e os ODS nos diferentes cursos, além do uso de metodologias ativas, são estratégias fundamentais para estimular o pensamento crítico, a (cor)responsabilidade ambiental e a resolução de problemas socioambientais. Além disso, a pesquisa e a extensão universitária desempenham um papel essencial ao incentivar os estudos, projetos interdisciplinares e parcerias com a comunidade para ampliar o impacto da universidade na promoção de soluções sustentáveis.

2.2.1 Relevância acadêmico-científica

Conforme estabelecido nos procedimentos metodológicos, o levantamento do estado do conhecimento ocorreu a partir do mapeamento nas bases SciELO e CAPES, conforme os descritores e filtros explicitados no Quadro 1.

O Quadro 2, por sua vez, elenca as produções selecionadas por sua relevância e contribuição direta para o estudo do tema central desta pesquisa.

⁷ Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 2019, são normas obrigatórias que orientam o planejamento, organização e avaliação das propostas pedagógicas da Educação Básica e Superior no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2019> - Acesso em 04 de março de 2026

Quadro 2 - Artigos, dissertações e teses de maior relevância para o presente trabalho.

Autor (es)	Título	Ano	Periódico
COLOMBO, Fabíola.	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Ods) da Agenda 2030 e a Interação com as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES)	2021	Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado.
PINHABE, Isadora Sonogo; CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre.	Comunicação e educação para o desenvolvimento sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030	2022	Organicom, v. 19, n. 39, p. 32-47
UCHOA, Rafaella Sampaio.	A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO: uma análise sob a ótica da Educação Ambiental Crítica.	2016	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão.	Educação para o desenvolvimento sustentável: orientações do IICA.	2023	Revista Poiesis Pedagógica, v. 21, n. Publicação contínua
GOMES, Marcos Aurelio; LENZI, Livia Aparecida Ferreira.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e extensão universitária: ações desenvolvidas no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas	2022	Anais 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. p. 1-12.
GRIEBELER, Juliane Sapper.	Indicadores para avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em instituições de ensino superior (IES)	2019	Universidade de Passo Fundo; Faculdade de Engenharia e Arquitetura – FEAR
MEGA, Geise Loreto Laus.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O Papel de uma Universidade para além do Desenvolvimento Regional	2022	Universidade Federal do Pampa; Sant'Ana do Livramento/RS

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A partir da aplicação dos descritores sistematizados no Quadro 1 e dos principais critérios de inclusão apresentados nos procedimentos metodológicos, procedeu-se ao refinamento dos resultados a partir do mapa de análise de conteúdo da Figura 1, culminando na seleção de sete produções acadêmicas de maior relevância para o escopo desta investigação.

Esse processo de triagem seguiu três etapas de filtragem: 1) exame preliminar dos títulos; 2) leitura criteriosa dos resumos para identificação de aderência ao objeto de estudo; e 3) análise da convergência temática entre as produções encontradas e o problema norteador desta pesquisa.

Com base no conjunto das sete produções detalhadas no Quadro 2, foram extraídos elementos fundamentais que viabilizaram a articulação entre as evidências encontradas e o referencial teórico adotado. A organização desses dados deu-se por

meio da categorização em grupos de análise, o que favoreceu a sistematização e a clareza na apresentação dos resultados.

2.2.2 Relevância social

No contexto do Ensino Superior, a EDS emerge como estratégia fundamental para a formação de profissionais capacitados a mediar os complexos desafios do século XXI, das mudanças climáticas às profundas desigualdades socioeconômicas. Ao integrar competência técnica, inovação e responsabilidade social, a EDS fomenta soluções que visam um futuro resiliente e justo.

Ao preparar a próxima geração de profissionais para enfrentarem esses desafios com competência, inovação e responsabilidade social, a EDS permite a criação de soluções que contribuem para um futuro mais resiliente, sustentável e justo. Essa abordagem amplia a visão dos estudantes, estimulando uma compreensão crítica e sistêmica das questões globais e locais, além de incentivar a busca por práticas que promovam um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social.

A importância da EDS se torna ainda mais evidente quando analisada sob o paradigma da responsabilidade social, que é uma de suas bases fundamentais.

Como destaca Barbieri (2020) em *Desenvolvimento Sustentável: das Origens à Agenda 2030*, a responsabilidade social transcende o mero cumprimento de obrigações legais, implicando um compromisso ético e voluntário de organizações e indivíduos com a promoção da sustentabilidade e do bem-estar coletivo.

No Ensino Superior, isso significa fomentar uma cultura institucional que não apenas formar profissionais qualificados, mas que também inspire cidadãos comprometidos com a transformação social e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Nesse sentido, a EDS no Ensino Superior não é apenas uma necessidade acadêmica, mas um imperativo social e ético que busca preparar as novas gerações para atuarem como agentes de mudança em um mundo em constante transformação.

Falando em Ensino Superior, Veiga (2022, p. 30-31) cita um trecho adaptado de Hoff, San Martin e Sopena (2011):

[...] a universidade pode contribuir para o desenvolvimento regional em vários aspectos como demanda pessoal, socialização de conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão, geração de alteração da infraestrutura local relacionada a habitação, transporte, lazer, serviços públicos, entre outros tipos de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade, estabelecimentos de conveniência.

Seguindo nesta ideia proposta, pode-se realizar o diálogo junto com a UNESCO, onde se é necessário:

Promover valores que incentivem o respeito pelo meio ambiente e pelos direitos humanos, a justiça social e a equidade, também se está valorizando a participação cidadã na construção de um futuro sustentável, promovendo o engajamento em ações comunitárias, políticas e empresariais que favoreçam o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2017)

Sendo um dos principais focos a transformação, as reflexões da EDS para 2030, o ponto 4.2 nos faz refletir sobre a ação transformadora, as mudanças estruturais e o futuro tecnológico quando diz que

“ [...] a transformação necessita, entre outras coisas, de um certo nível de inovação, que as pessoas optem por sair da segurança do status quo ou da forma “habitual” de pensar, comportar-se ou viver. Exige coragem, persistência e determinação, que podem estar presentes em diferentes graus, e que se baseiam melhor na convicção pessoal, no discernimento, ou no simples sentimento do que é certo” (UNESCO, 2021, p.18).

A EDS se configura como um direito fundamental, uma ação transformadora, que está intrinsecamente ligada à garantia de um futuro justo e sustentável para todos. Isso se fundamenta em princípios como a equidade, a justiça social, a inclusão e a participação social, buscando promover a transformação social e ambiental através da educação.

Essa relevância é ampliada quando analisada sob o paradigma da responsabilidade social, que, conforme Barbieri (2020), transcende obrigações legais para se tornar um compromisso ético com o bem-estar coletivo. Para as Instituições de Ensino Superior, isso implica cultivar uma cultura que inspire cidadãos comprometidos com a transformação social. Nesse sentido, Veiga (2022) e Hoff, et.al (2011) reiteram que a universidade deve atuar como motor de desenvolvimento regional, socializando conhecimentos que impactam desde a infraestrutura local até a qualidade de vida da comunidade.

2.2.3 Relevância pessoal

A escolha deste objeto de estudo não é apenas uma etapa acadêmica, mas o ponto de convergência de uma trajetória marcada pela busca constante de automotivação e engajamento socioambiental. Segundo Menegat (2025), “[...] a automotivação é uma competência socioemocional central, definida pela capacidade de mobilizar estímulos internos para a superação de desafios e o alcance de metas claras[...]”. No contexto desta pesquisa, essa “mobilização interna” reflete-se na persistência e na autonomia que nortearam meu percurso desde o início da formação técnica até o ingresso na pós-graduação.

Minha trajetória no campo da sustentabilidade teve início em 2015, ao ingressar no curso técnico em Meio Ambiente. Este primeiro contato não apenas despertou o interesse científico, mas estabeleceu o fundamento da minha identidade profissional: a necessidade de discutir a relação entre o ser humano e o planeta. Motivada por esse propósito, dei continuidade aos estudos no curso de Ciências Biológicas na Universidade La Salle, onde a transição do pensamento técnico para a visão acadêmica me permitiu explorar o Desenvolvimento Sustentável (DS) em escala global, analisando as agendas e conferências internacionais que moldam as políticas atuais.

Durante a graduação, a automotivação descrita por Menegat (2025) traduziu-se em uma postura proativa e diversificada. Entre 2016 e 2019, transitei pela Iniciação Científica, desenvolvendo o rigor da pesquisa, e pela docência, por meio do PIBID. No âmbito da licenciatura, a experiência de palestrar em escolas públicas e privadas sobre temas como sustentabilidade e educação ambiental consolidou a compreensão de que a educação é a ferramenta primordial para a transformação social. Além das atividades formais, a atuação como monitora de disciplinas e o apoio a alunos de inclusão fortaleceram competências de empatia e gestão das emoções, essenciais para a formação de uma educadora comprometida com a equidade.

O estudo sobre o meio ambiente é aprofundado ampliando para o estudo sobre a Educação Ambiental (EA), que por sua vez, tem uma relação similar à EDS, o que pode ser explicado no trecho abaixo:

A relação entre EA e EDS é marcada por similaridades, e não por pontos divergentes. A EDS não implica substituição da EA, visto que são conceitos complementares. A EA tem uma abordagem voltada à relação entre o homem e o meio natural, nas formas de conservação e preservação dos recursos naturais. A EDS projeta a EA nos aspectos socioambientais e políticos voltados à pobreza, ao bem-estar, à produção e ao consumo com base nas peculiaridades da cultura local (Branco, Linard e Souza, 2011, p. 26)

Todo o envolvimento acadêmico até o momento despertou uma reflexão sobre o futuro da humanidade e a necessidade de promover melhores condições de vida em sociedade, destacando-se a importância da sustentabilidade como um caminho para preservar e equilibrar os diversos ecossistemas do planeta, garantindo um ambiente saudável e adequado para as presentes e futuras gerações.

Assim, este trabalho de mestrado representa a síntese de uma caminhada que uniu o bacharelado e a licenciatura. As experiências acumuladas, do trabalho de campo à sala de aula, não foram apenas aquisições técnicas, mas o desenvolvimento de uma visão crítica e transdisciplinar.

Ao pesquisar a EDS no Ensino Superior, busco não apenas contribuir com a academia, mas honrar uma trajetória pessoal pautada pela responsabilidade ética e pela crença de que a educação para o futuro começa na reinvenção das nossas próprias competências e práticas profissionais.

2.3 Problema, objetivos, hipótese e justificativa

As universidades, como instituições de ensino, estão sendo cada vez mais demandadas para contribuírem com o desenvolvimento sustentável (Veiga, 2022, p.20). A partir deste ponto, apresenta-se o problema que norteia esta pesquisa, bem como seus objetivos geral e específicos. Essa etapa busca contextualizar a relevância do estudo e esclarecer as direções adotadas para a investigação, fundamentando a análise sobre a presença da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior.

2.3.1 Problema

A questão central reside em investigar como os princípios e as práticas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) podem fornecer a base teórica e metodológica para a criação de um plano de ação eficaz. Tal plano almeja

integrar e consolidar a EDS no ensino superior, permeando currículos, pesquisas, gestão e extensão, visando formar profissionais e cidadãos engajados com a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

Portanto o problema segue com o seguinte questionamento: *De que maneira a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pode subsidiar a elaboração de um plano de ação que favoreça sua integração e fortalecimento no ensino superior?*

2.3.2 Objetivo geral

Integrar a EDS ao ensino superior implica, ainda, em reconhecer a urgência de práticas educativas que ultrapassem a mera transmissão de conteúdos, convocando a comunidade acadêmica a desenvolver competências reflexivas, éticas e transformadoras.

Esse processo exige a reconfiguração dos currículos, das metodologias de ensino, da gestão institucional e das políticas acadêmicas, de modo que a sustentabilidade se torne um princípio transversal em todas as dimensões da vida universitária. Compreender os aportes teóricos, os desafios e as possibilidades presentes nas produções acadêmicas sobre o tema torna-se, portanto, um passo fundamental para propor caminhos viáveis e sustentáveis para a efetivação da EDS no ensino superior.

Assim, o objetivo geral consiste em: *Analisar as contribuições que fundamentam a elaboração de um plano de ação para a integração da educação voltada ao desenvolvimento sustentável no ensino superior.*

2.3.3 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral e no problema da pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- A. Compreender os fundamentos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no contexto do ensino superior.
- B. Identificar os desafios e as oportunidades nas produções acadêmicas voltadas à inserção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior.

- C. Propor um plano de ação que potencialize a integração da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas instituições de ensino superior a partir da lógica de campus sustentáveis e laboratórios vivos.

2.3.4 Hipótese e justificativa

Parte-se da hipótese de que as produções acadêmicas voltadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no ensino superior oferecem fundamentos teóricos e práticos capazes de subsidiar a elaboração de um plano de ação que seja eficaz dentro da IES. Esse plano poderá favorecer a integração da EDS nas práticas acadêmicas, contribuindo para que o ensino superior promova uma formação mais comprometida com os princípios da sustentabilidade.

A justificativa para esta hipótese apoia-se no reconhecimento do potencial transformador da EDS, especialmente no contexto do ensino superior. A incorporação dessa abordagem nas instituições de ensino contribui para a formação de profissionais éticos, críticos e socialmente comprometidos, além de impactar positivamente a produção do conhecimento, as práticas institucionais e a cultura organizacional.

Ao aprofundar os fundamentos teóricos da EDS, é possível delinear estratégias educacionais e institucionais que promovam uma cultura de sustentabilidade, ampliando o alcance da educação como ferramenta de transformação social e ambiental. Dessa forma, investigar as contribuições já presentes na literatura acadêmica torna-se essencial para fundamentar a criação de propostas práticas e aplicáveis no contexto universitário.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir deste capítulo, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a teoria utilizada para o desenvolvimento do estudo, entendendo os conceitos e a importância acerca do tema da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Nesse processo, são mobilizadas contribuições de autores relevantes na área, identificados por meio do mapeamento de produções acadêmicas (quadro 2), o que possibilita uma articulação entre teoria e prática. Além disso, o capítulo discute a história da EDS, sua relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como as implicações pedagógicas e institucionais para sua efetiva integração nas universidades.

Assim, a fundamentação teórica, não apenas orienta a compreensão do fenômeno investigado, mas também oferece subsídios para o desenvolvimento de propostas coerentes com a realidade educacional brasileira.

3.1 Desenvolvimento Sustentável: conceito e dimensões

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou projeção internacional a partir da publicação do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987. O documento definiu desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias” (Brundtland, 1987, p. 41). A partir desse marco, consolidou-se a noção de que os desafios ambientais, sociais e econômicos são interdependentes e necessitam ser enfrentados de forma integrada.

Os autores Estender e Pitta (2009) apresentam a história do conceito do Desenvolvimento Sustentável de forma abrangente e reiteram o conceito:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (ESTENDER E PITTA, 2009, p.1).

Veiga (2022, p. 38) afirma que “o desenvolvimento sustentável é a união dos dois conceitos, desenvolvimento e sustentabilidade, não podendo ser tratado de forma isolada e com isso se percebe uma visão mais humanística sobre o termo”.

Partindo deste pressuposto, entende-se que o desenvolvimento sustentável deve atuar simultaneamente em todas as áreas, sejam elas no âmbito econômico, social e ambiental, de maneira que uma não sobressaia à outra e que se consiga trabalhar em harmonia. Esse se chama “Tripé da sustentabilidade”, onde se sugere que, o pilar ambiental exige que os capitais naturais sigam intactos e que os recursos ambientais sejam preservados; pilar social faz exigência às necessidades básicas dos indivíduos, como bem-estar, nutrição, educação e cultura, sejam alcançados; e o pilar econômico só será viável se os pilares ambiental e social estiverem em consonância.

Na pesquisa feita por Estender e Pitta (2009, p. 23), os autores citam Elkington (2001), Scharf (2004) e o Instituto Ethos (2006), que concordam que para falar de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade é necessário realizar o elo entre os pilares: ambiental, social e econômico, conforme a figura 2 abaixo.

Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade



Fonte: A Sustentável Viver lhe dá boas-vindas!⁸

Nas décadas seguintes à publicação do Relatório Brundtland (1987), o cenário internacional testemunhou uma sucessão de ações que reafirmaram e

⁸ Tripé da Sustentabilidade pelo site Sustentável Viver, disponível em: <https://sustentavelviver.com.br/a-sustentavel-viver-lhe-da-boas-vindas/>. Acesso em: 04 de março de 2026

operacionalizaram o compromisso com a sustentabilidade. Este percurso não foi linear, mas sim uma construção gradual de agendas que passaram a exigir uma governança climática e educacional cada vez mais integrada.

A consolidação do desenvolvimento sustentável como agenda global deve-se, em grande parte, ao legado da Rio-92, onde instrumentos como a Agenda 21 e a UNFCCC estabeleceram o roteiro para as mudanças climáticas. Entretanto, foi na Cúpula de Joanesburgo (2002) que o debate se aprofundou para além da gestão de recursos: a educação foi formalmente consagrada como o motor da viabilização global da sustentabilidade. Esse reconhecimento preparou o terreno para o que hoje entendemos como EDS, conectando os compromissos do Protocolo de Kyoto (Nações Unidas, 1997) à necessidade de uma formação humana crítica e transformadora.

Para melhor visualizar como o Brasil se inseriu nesse contexto e como as agendas climáticas evoluíram para os compromissos atuais, apresenta-se a seguir a tabela correspondente à uma linha do tempo dos principais eventos e políticas:

Quadro 3: Linha do tempo dos principais eventos e políticas climáticas

Ano	Evento/Marco	Importância para o Clima e Sustentabilidade
1972	Conferência de Estocolmo	O Brasil adotou uma postura defensiva, mas foi o embrião da nossa gestão ambiental
1992	Eco-92 (Rio de Janeiro)	O marco mais importante! Criação da Agenda 21 e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
2002	Rio+10	Foco na implementação e no desenvolvimento social como pilar da sustentabilidade.
2009	PNMC (Lei 12.187)	Instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima, oficializando metas de redução de emissões brasileiras.
2012	Rio+20	Discussão sobre a "Economia Verde" e o início da transição dos ODM para os ODS.
2015	Acordo de Paris	O Brasil ratificou metas ambiciosas (iNDC) para reduzir emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030 (comparado a 2005)
2023	Cúpula da Amazônia	Retomada do Protagonismo regional e o foco na preservação da floresta como regulamentação climática global.
2025	COP30 (Belém do Pará - Brasil)	O Brasil sediou a conferência, focando na "bioeconomia" e no papel das florestas tropicais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Um ponto de inflexão crucial nessa cronologia ocorreu durante a Cúpula do Milênio (2000). Naquela ocasião, os países-membros estabeleceram os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito metas prioritárias (Figura 3) que serviram como precursores diretos da atual Agenda 2030. Entre os objetivos, destacavam-se, conforme a figura 3: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade de gênero; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater doenças como HIV/aids e malária; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer parcerias globais para o desenvolvimento.

Figura 3 - 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Plataforma GOV.br (2025)⁹

A transição dos ODM para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015 simbolizou o amadurecimento dessa agenda, exigindo que as instituições, especialmente as de ensino superior, deixassem de ser observadoras para se tornarem protagonistas da mudança.

O paradigma do desenvolvimento sustentável, germinado em décadas anteriores, encontrou sua maturação em eventos estruturantes como a Rio-92. Este marco foi responsável por institucionalizar a Agenda 21 e a Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)¹⁰, lançando as bases da governança ambiental global. A evolução desse compromisso prosseguiu com o Protocolo de Kyoto (Nações Unidas, 1997) e atingiu um novo patamar na Rio+10, em 2002, momento em que a educação ascendeu ao status de pilar estratégico e

⁹ 8 Objetivos do desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <https://bit.ly/44nITP9>. Acesso em: 04 de março de 2026

¹⁰ Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e Clima, Paz e Segurança, disponível em: <https://encurtador.com.br/MnLJ>. Acesso em: 16 de março de 2026

ferramenta indispensável para a concretização da sustentabilidade em escala planetária.

Essa progressão histórica não apenas acumulou tratados, mas refinou a compreensão de que os desafios ambientais são indissociáveis das crises sociais e econômicas. Foi esse amadurecimento que pavimentou o caminho para a Rio+20 (2012), onde se iniciou a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para uma agenda mais ambiciosa e universal. Como resultado, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas consolidou a Agenda 2030, estruturada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diferente de seus antecessores, a Agenda 2030 convoca as nações a um compromisso sistêmico, no qual o Brasil, apesar de seu histórico de protagonismo diplomático, enfrenta agora o desafio da implementação prática. Nesse cenário contemporâneo, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) deixa de ser apenas uma recomendação de conferências para tornar-se a espinha dorsal do cumprimento da Meta 4.7. No Ensino Superior, esse compromisso traduz-se na necessidade de formar profissionais capazes de operar dentro dos limites planetários, transformando as universidades em laboratórios vivos da transição brasileira rumo à sustentabilidade.

3.2 Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Após ser estabelecido o termo na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas de 1987, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, conhecida como “ECO-92”, realizada no Rio de Janeiro/Brasil, o termo Desenvolvimento Sustentável fora consolidado e seu principal propósito era de assegurar o progresso da geração atual sem comprometer a capacidade de atendimento às necessidades das futuras gerações.

Para que seja efetivo, é necessário reconhecer que os recursos naturais são finitos e que, como já mencionado, é necessário a vinculação entre o desenvolvimento econômico e social. Além disso, deve-se ter em mente que, apenas os pilares da sustentabilidade não são suficientes para tal, assim foram descritos os cinco eixos de atuação, conforme a figura 4 abaixo, os 5 P's do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015, p. 1-2).

Figura 4 - 5'Ps da sustentabilidade



Fonte: Movimento Nacional ODS Santa Catarina (2021)¹¹

Esses cinco eixos representam uma visão integrada que busca a promoção da dignidade humana, proteção dos recursos naturais, assegurar vidas prósperas, alavancar sociedades justas e pacíficas e fortalecer a cooperação multissetorial, reforçando que a sustentabilidade deve ser pensada de forma sistêmica e interdependente.

Em 2012, a Rio+20 reuniu os governantes de todo o mundo para articular a “oportunidade de modificar o paradigma financeiro tradicional e agir para acabar com a pobreza, lidar com a destruição do meio ambiente e construir uma ponte para o futuro” (ACNUR, 2012, p.3). A partir dessa conferência, a discussão sobre como tornar o planeta um lugar melhor para viver, retornou à agenda global, retomando os compromissos sustentáveis e analisando os desafios que não foram totalmente concluídos.

Esse processo resultou na elaboração da Agenda 2030, adotada em 2015, pela ONU, que estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas para atingir até o ano de 2030. Assim, conforme o documento "Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", traz a informação que “nunca antes os líderes mundiais

¹¹ 5'Ps da sustentabilidade, disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 16 de março de 2026

comprometeram-se a ação comum e a um esforço por meio de uma agenda política tão ampla e universal” [...] “cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica” (ONU, 2015, p. 7).

Figura 5 - 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (ONU, 2015, p.20)

Os 17 ODS, identificados na figura 5, são estruturados a partir da mutualidade entre os três pilares da sustentabilidade (figura 2) e a integração dos 5 P's (figura 4). A partir disso, Gomes e Ferreira (2018, p. 171) destacam que:

O ideal de sustentabilidade está destacado no contexto dos ODS, no sentido de que os objetivos estão voltados para a promoção das dimensões da sustentabilidade: dimensão social (objetivos 1; 2; 3; 4; 9; e 11); dimensão ambiental (objetivos 6; 12; 13; 14; e 15); dimensão econômica (objetivos 7; 8; e 10); dimensão ética (objetivos 5; e 17); e dimensão jurídico-política (objetivos 2; 3; 4; 11; e 16).

De acordo com a ONU (2015, p.1), esses objetivos são “integrados e indivisíveis”, ou seja, seu avanço deve ocorrer de forma equilibrada, garantindo que nenhum pilar da sustentabilidade seja negligenciado, com base na UNESCO (2017, p. 6):

O propósito dos 17 ODS é garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa na Terra para todos, agora e no futuro. [...] abrangem desafios globais que são fundamentais para a sobrevivência da humanidade. [...] estabelecem limites ambientais e definem restrições cruciais para a utilização dos recursos naturais. [...] reconhecem que a erradicação da pobreza deve caminhar de mãos dadas com estratégias que constroem o desenvolvimento econômico. Abordam uma gama de

necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de emprego, enquanto combatem a mudança climática e promovem a proteção ambiental. Os ODS abordam as principais barreiras sistêmicas para o desenvolvimento sustentável, como a desigualdade, padrões de consumo insustentáveis, falta de capacidade institucional e degradação ambiental.

Dentre os objetivos, se evidenciam: o ODS 04, *educação de qualidade*, e o ODS 17, *Parcerias e Metas de Implementação*, que são respectivamente: a meta que “assegura a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (p. 19) e “promoção sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (p. 20).

A partir desses e dos demais objetivos, podemos seguir ao estudo da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no contexto das instituições de ensino superior e como esses são abordados dentro dos seus documentos institucionais.

Nesse contexto, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável passou a ser entendida não apenas como instrumento de transmissão de conhecimento, mas como uma prática pedagógica orientada por valores éticos, participação cidadã, pensamento crítico e responsabilidade socioambiental.

3.3 A Educação Ambiental e a Sustentabilidade

A Educação Ambiental (EA) surge historicamente como uma resposta direta à degradação acelerada dos ecossistemas (terrestres, aquáticos...). Em sua essência, ela trabalha a relação direta do indivíduo com o meio natural, focando na conscientização ecológica, na preservação da biodiversidade, no combate à poluição e na gestão dos recursos naturais. Mais do que um dispositivo legal, a EA, sob a égide da Lei nº 9.795/1999¹², cumpre o papel crucial de sensibilizar a humanidade sobre sua interdependência com o meio natural. Trata-se de uma ferramenta estratégica para desconstruir comportamentos predatórios e instituir uma cultura baseada no respeito integral à vida.

¹² LEI nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 que dispõe a Política Nacional de Educação Ambiental, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 16 de maio de 2026

No campo prático, a EA trabalha frequentemente com projetos de conservação, campanhas de redução e reciclagem de resíduos, reflorestamento e proteção de recursos não renováveis. Contudo, conforme analisa Gadotti (2008), quando a Educação Ambiental se limita a ser apenas uma disciplina ou um tópico isolado do currículo, focado em práticas puramente técnicas ou comportamentais (como fechar a torneira ou separar o lixo), ela corre o risco de se tornar superficial. Para o autor, a verdadeira transformação exige ir além da "alfabetização ecológica" instrumental, demandando uma pedagogia que questione as estruturas sociais e econômicas que geram a destruição.

É nesse ponto que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), quando fecundada pela perspectiva da Ecopedagogia (Gadotti, 2008), representa uma evolução e uma ampliação política desse debate. Enquanto a EA tradicional foca predominantemente na conservação ecológica, a EDS analisa a realidade de forma sistêmica. Apoiada na visão de Gadotti, a ecopedagogia compreende a sustentabilidade não apenas como um equilíbrio econômico-ecológico, mas como uma postura ética fundamental: uma "pedagogia centrada na vida" que respeita as identidades, promove a justiça social e valoriza a diversidade. A EDS trabalha sob a premissa de que a pobreza, o consumismo desenfreado e a desigualdade são indissociáveis da crise climática.

A transição da Educação Ambiental para a EDS demarca uma profunda ruptura de paradigma. Indo além dos limites ecológicos tradicionais da EA, a EDS ancora-se na noção de cidadania planetária, compreendendo que a sustentabilidade exige tanto a reforma dos sistemas educativos quanto a interiorização de uma ética global. Essa transição exige transformações estruturais nos modelos de ensino e o compromisso com valores universais voltados ao "cuidado com a Terra", convergindo com o conceito de "cuidado com a Casa Comum" proposto pelo Papa Francisco (2015) na Encíclica *Laudato Si'*.

Sob essa ótica, o espaço da sala de aula deixa de abordar o meio ambiente de forma externa e compartimentada. Em vez disso, a dimensão ecológica assume o papel de lente ética transversal, conectando as esferas econômica, cultural e dos direitos humanos às fronteiras biofísicas do planeta. Para compreender como essa transição redefine os objetivos e as práticas de ensino, o Quadro 4 estabelece um paralelo comparativo com as principais diferenças entre a EA e a EDS.

Quadro 4: Diferença entre a Educação Ambiental (EA) e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)

E.A.	Critério de Análise	EDS
Conservação da natureza, ecologia e mitigação dos impactos biológicos diretos.	Foco Principal	Integração sistêmica e indissociável entre economia, sociedade, cultura e meio ambiente.
Ênfase prioritária na dimensão biofísica e na proteção dos ecossistemas.	Dimensões Abordadas	Dimensões ambiental, social (combate à pobreza), econômica (consumo) e política.
Conscientização ecológica e mudança de atitudes perante o mundo natural.	Objetivo Pedagógico	Formação cidadã crítica, inovação e resolução de problemas complexos (Foco na Agenda 2030 e ODS).
Historicamente, tende a focar em proteger o meio ambiente das ações humanas.	Visão sobre o Desenvolvimento	Busca harmonizar o progresso e o bem-estar humano respeitando os limites planetários.
Conferência de Tbilisi (1977) e Tratado de Educação Ambiental (Rio-92).	Marcos Históricos	Década da EDS da ONU (2005-2014) e consolidação da Agenda 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse paralelo conceitual valida o entendimento de Menegat, Franco (2026, p.107) os quais apontam que “Cada uma dessas linguagens possui características específicas, que devem ser consideradas na adaptação dos conceitos de sustentabilidade e todas levam a um só termo: EQUILÍBRIO.”

Em suma, a EA e a EDS não caminham em direções opostas; elas se completam na construção daquilo que Gadotti (2016, p. 4) define como um horizonte de transformação, pois “a EDS implica em mudar o sistema, implica o respeito à vida, o cuidado diário com o planeta e cuidado com toda a comunidade da vida”. Enquanto a EA nos devolve o afeto e a base científica de que precisamos para respeitar a biosfera, a EDS nos entrega o olhar ampliado e a capacidade de conectar saberes para mudar, de fato, a cultura acadêmica e o dia a dia das instituições. Unir essas duas forças significa traduzir o cuidado com a natureza em ações reais de governança, currículo e extensão, preparando a comunidade universitária para co-criar uma vida comunitária mais justa, próspera e acolhedora.

3.4 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), é um processo educativo que visa capacitar indivíduos e comunidades a adotarem práticas e

valores que promovam a sustentabilidade. Na visão de Branco, Linard e Souza (2011, p. 26) “é um mecanismo político-pedagógico para inserir a sustentabilidade no âmbito de desenvolvimento” e “é um conceito integrativo (integra educação, saúde, trabalho, ciências etc.) e interativo” (Gadotti, 2008, p. 39). Já na perspectiva de Prates et.al (2024, p. 2), a EDS:

Vai além da educação ambiental tradicional, pois busca desenvolver habilidades, valores e comportamentos que capacitem as pessoas e comunidades a tomarem decisões responsáveis e adotarem estilos de vida que preservem os recursos naturais para as futuras gerações.

Segundo a UNESCO (2017), a EDS deve desenvolver competências que permitam aos cidadãos enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e as desigualdades sociais, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável. A compreensão torna-se mais profunda quando analisada à luz do paradigma da responsabilidade social e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), conforme discutido por Barbieri (2020) em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: das Origens à Agenda 2030*. Para o autor, a responsabilidade social vai além do cumprimento das obrigações legais, implicando um compromisso ético e voluntário de organizações e indivíduos com a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.

Gadotti (2008) traz em seu livro o termo “ecopedagogia” e explica “é uma pedagogia centrada na vida: considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade” e cita um trecho dos últimos escritos de Paulo Freire (2000, p.66-67), “[...] a ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (Gadotti, 2008, p.15).

Assim podemos refletir junto ao trecho que remete à meta 4.7 dos ODS no documento da UNESCO intitulado *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*:

Com o seu objetivo geral de desenvolver competências de sustentabilidade transversais nos educandos, a EDS oferece um apoio essencial a todos os esforços para atingir os ODS, permitindo que indivíduos contribuam para o desenvolvimento sustentável por meio da promoção da mudança social, econômica e política, bem como pela transformação do próprio comportamento (UNESCO, 2017, p.8).

De acordo com a UNESCO a EDS é fundamental para capacitar as pessoas a fazer escolhas informadas e a agir de forma responsável em relação ao meio ambiente, à economia e à sociedade. Definida como um processo educacional que permite aos indivíduos desenvolver os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para contribuir para um futuro sustentável, a EDS é necessária em todos os níveis educacionais, contudo, no Ensino Superior sua função torna-se ainda mais relevante, já que também visa promover valores e atitudes sustentáveis nos futuros profissionais.

A questão ecoa nos corredores da sociedade, nos debates acadêmicos e nas políticas públicas: “Por que o desenvolvimento sustentável está tão intrinsecamente ligado ao processo educacional?” (UNESCO, 2005, p. 37).

A resposta a esta indagação não reside em uma simples equação, mas desdobra-se em uma intrincada teia de relações, onde a educação se revela não apenas como um instrumento de transmissão de conhecimento, mas como o próprio alicerce sobre o qual se constrói um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

O próximo capítulo propõe desvendar as múltiplas facetas da conexão vital entre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Superior, explorando como a formação de indivíduos conscientes, críticos e engajados vem a ser a chave para romper com modelos insustentáveis e pavimentar o caminho para um planeta mais resiliente e próspero para as futuras gerações.

3.5 Contribuições teóricas para a integração da EDS nas instituições de ensino superior

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) emerge como uma resposta às complexas e interdependentes crises socioambientais que desafiam a humanidade. As Instituições de Ensino Superior (IES) ocupam um lugar estratégico nesse contexto, sendo “essencial para formar profissionais que estejam cientes de seu papel social e preparados para enfrentar desafios complexos” (Menegat e Franco, 2024, p. 7), promovendo mudanças estruturais rumo à sustentabilidade.

A integração da EDS nas IES, no entanto, demanda mais do que ações pontuais; exige fundamentos teóricos sólidos que orientem práticas pedagógicas, políticas institucionais e abordagens curriculares inovadoras. Nesse sentido, a 3ª Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO (WHEC), realizada em

2022, consolidou essa visão através do documento "Além dos Limites: Novas Maneiras de Reinventar o Ensino Superior", que propõe uma ruptura com modelos educacionais fragmentados em favor de uma universidade que atue como um bem comum global e agente de regeneração planetária (ONU, 2022).

Lizote cita Barbieri e Cajazeira (2012, p. 67) ao definir que uma organização sustentável busca equilibrar equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Complementarmente, o movimento sustentável deve gerar uma nova cultura organizacional interna para que se reflita no ambiente externo (Lizote, 2018). Esta "cultura organizacional" converge para o que a WHEC 2022 denomina de "Whole-Institution Approach" (Abordagem Institucional Abrangente), onde a sustentabilidade não é um tópico curricular isolado, mas a lente pela qual a gestão, a pesquisa e a extensão são operadas.

O trecho da meta 4.7 dos ODS no documento da UNESCO (2017, p. 8) reforça que a EDS busca desenvolver competências transversais, permitindo que indivíduos promovam mudanças sociais, econômicas e políticas. A WHEC 2022 aprofunda essa meta ao sugerir que a EDS deve preparar os estudantes para lidar com a "incerteza" e a "complexidade", habilidades essenciais para a governança climática em um cenário de policrise¹³.

A questão do porquê o desenvolvimento sustentável está intimamente ligado ao processo educacional (UNESCO, 2005, p. 37) revela que a educação é o alicerce para um futuro equitativo. Essa visão encontra eco na ecopedagogia de Gadotti (2001, p. 125), que visa a formação de cidadãos com consciência planetária. Essa consciência planetária é um dos pilares de "Além dos Limites" (ONU, 2022), que incentiva as IES a superarem as fronteiras disciplinares tradicionais.

Com isso, podemos citar a ecopedagogia, abordada por Gadotti (2001, p.125), como um processo educacional indispensável, "como propósito a formação de cidadãos com consciência local e planetária que valorizem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações". Essa visão encontra respaldo em documentos internacionais como a Agenda 2030 da ONU e a Declaração de Incheon, ambos já citados anteriormente, que reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que transcendam a transmissão de conteúdos, promovendo uma formação crítica e contextualizada

¹³ O desafio da policrise planetária de Sabrina Fernandes - Unicamp, 2026. Disponível em: <https://l1nq.com/n15mods>. Acesso em 16 de março de 2026

Essa abordagem concebe a educação como um processo dialógico, crítico e participativo. Pela lógica freireana, a aprendizagem significativa contemporânea deve visar a construção crítica do conhecimento (Bezerra e Jung, 2024). Freire (2000, p. 100-101) enfatiza que "pensar certo" exige a liberdade de criar e a superação do medo da inovação. Essa "liberdade de criar" freireana é o que a UNESCO (2022) define como a necessidade de "reinventar" o currículo, permitindo que o erro e a experimentação em "laboratórios vivos" de sustentabilidade façam parte da formação acadêmica.

Ausubel (1968) contribui ao explicar como significados complexos são assimilados através de novas conceitualizações. Na EDS, isso significa transformar conceitos abstratos de crise climática em ações práticas locais. Dias (2023) reforça que o "diálogo de saberes" forma o pensamento crítico necessário para analisar as relações entre sociedade e natureza em uma perspectiva global. Este diálogo de saberes é, conforme a WHEC 2022, a chave para integrar conhecimentos científicos aos saberes tradicionais e ancestrais, especialmente no contexto brasileiro, fortalecendo a justiça climática.

Griebeler (2019) enfatiza o potencial das IES em colaborar com os ODS e a necessidade de indicadores de avaliação. Cortese (2003) complementa que a liberdade acadêmica permite às universidades se envolverem em experiências ousadas de vida sustentável. Dessa forma, as contribuições teóricas orientam as IES a se tornarem "Universidades Sustentáveis e Regenerativas". Elas deixam de ser meras transmissoras de dados para se tornarem ecossistemas que promovem a saúde do planeta e das comunidades.

É válido mencionar o conceito das universidades sustentáveis, idealizado por Anthony Cortese, um dos principais redatores da Declaração de Talloires na França em 1990. No entanto, o conceito amadureceu com Luis Velazquez, que definiu formalmente a Universidade Sustentável como uma instituição que aborda e promove, em escala regional ou global, a minimização dos efeitos negativos gerados no uso de seus recursos (VELAZQUEZ *et al.*, 2006, p. 812).

Entretanto, para que essa minimização ocorra, a sustentabilidade não pode ser tratada apenas em seu âmbito literal ou técnico. Como adverte Edgar Morin (2000), vivemos em um mundo de incertezas onde os problemas são globais e interdependentes. Para Morin, a educação do futuro transpassa a fragmentação do

conhecimento: "[...] o conhecimento das informações ou dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido" (MORIN, 2000, p. 36).

Sob essa ótica, trabalhar os ODS nas IES significa transpor o ensino conteudista e adotar a transversalidade. As disciplinas tornam-se espaços para discutir ética, resiliência e justiça social, não como apêndices curriculares, mas como o próprio sentido do exercício profissional. A universidade deixa de apenas "falar sobre" sustentabilidade e passa a "praticá-la" no cotidiano: na gestão ética de seus contratos, na inclusão de alunos de grupos vulneráveis e no fomento a pesquisas que resolvam dores locais.

Cortese (2003, p. 17, tradução nossa) reforça que "[...] o ensino superior tem liberdade acadêmica única, massa crítica e diversidade de habilidades para desenvolver novas ideias [...] e se envolver em experiências ousadas em uma vida sustentável". Nesse sentido, as IES se repensam como agentes de transformação baseadas no equilíbrio entre os pilares social, ambiental e econômico, tornando-se *Living Labs* (Laboratórios Vivos) de inovação.

Conforme apontam Evans et al. (2015), a abordagem dos *Living Labs* permite que a universidade funcione como um ecossistema de inovação aberta, onde a teoria acadêmica é aplicada à prática da gestão institucional, transformando o cotidiano universitário em um campo de provas para soluções resilientes que beneficiam tanto o planeta quanto a comunidade local.

A transição das Instituições de Ensino Superior em direção ao modelo de Universidades Sustentáveis exige uma reestruturação que vai além de discursos ou de ações ambientais isoladas. Para que uma instituição seja genuinamente reconhecida como sustentável, ela precisa alinhar sua governança, seus currículos e sua infraestrutura aos preceitos da EDS. Nesse cenário, os *Living Labs* emergem como a ferramenta de mediação ideal: materializar o conceito de Universidade Sustentável ao transformar o campus em um espaço de experimentação real, onde os princípios teóricos da EDS são vivenciados na prática diária da gestão e da formação acadêmica. Configura-se, assim, um ciclo virtuoso onde a instituição não apenas ensina a sustentabilidade, mas a projeta em sua própria existência institucional.

Em síntese, a integração da EDS no Ensino Superior encontra respaldo em um arcabouço robusto que une a pedagogia crítica, a teoria da complexidade de Morin e o pragmatismo da Agenda 2030. O marco de 2022 da UNESCO sela esse compromisso, indicando que o futuro do Ensino Superior reside na sua capacidade de transcender os muros acadêmicos e pavimentar o caminho para um planeta mais resiliente, próspero e ético para as presentes e futuras gerações.

A partir dessa sólida base teórica, o próximo passo consiste em converter as diretrizes da EDS em uma proposta de intervenção. No capítulo a seguir, apresenta-se a Fundamentação do Plano de Ação, onde os princípios da complexidade e da ética sustentável são articulados para subsidiar as etapas e os instrumentos da prática pedagógica aqui proposta.

4 DIRETRIZES DE UM PLANO DE AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) tem sido reconhecida internacionalmente como um instrumento fundamental para enfrentar os desafios globais relacionados à justiça social, à integridade ambiental e ao bem-estar econômico. No contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), a integração da EDS torna-se estratégica, pois essas instituições têm o papel de formar profissionais e cidadãos capazes de transformar realidades de forma ética, crítica e sustentável.

Para que essa integração ocorra de maneira efetiva, é necessária uma proposta de plano de ação que contemple dimensões curriculares, pedagógicas, institucionais e comunitárias. O ponto de partida dessa proposta é a compreensão de que a EDS não deve ser um conteúdo isolado, mas um eixo transversal que permeia todas as atividades acadêmicas. Segundo Morin (2000), é essencial superar a fragmentação do saber e desenvolver uma abordagem complexa e transdisciplinar, que prepare os estudantes para lidar com a incerteza, a interdependência e a responsabilidade coletiva.

Para viabilizar essa proposta, o presente capítulo está organizado em três frentes complementares. Primeiramente, discutem-se os Fundamentos Teóricos e Práticos (4.1), que sustentam a viabilidade do plano. Em seguida, procede-se ao Detalhamento dos Eixos Estratégicos (4.2), estruturando as frentes de atuação necessárias. O capítulo encerra-se com a apresentação de Ideias de Plano de Ação (4.3), configurando um roteiro prático para a integração efetiva da EDS no cotidiano acadêmico.

A formulação dos 4 eixos estratégicos que estruturam este Plano de Ação é o resultado direto da categorização e operacionalização do corpus documental analisado nos capítulos anteriores. A fim de estabelecer uma correspondência clara e transparente, cada eixo foi desenhado para responder a demandas específicas identificadas na literatura. Desse modo, as diretrizes de Gestão, Currículo, Pesquisa e Extensão não se configuram de forma isolada, mas guardam estrita aderência com as Unidades de Registro e com os diagnósticos apontados por autores como Griebeler (2019) e Veiga (2022), conferindo rastreabilidade metodológica ao plano.

4.1 Fundamentos teóricos e práticos

O principal marco internacional da EDS é a Agenda 2030, documento aprovado pela ONU em 2015, que estabelece 17 ODS (figura 5) e enfatiza cinco eixos fundamentais, conhecidos como os 5 P's do Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (figura 4). Essa estrutura propõe uma visão interconectada e orientada por valores éticos, participação social e compromisso com as gerações futuras.

Do ponto de vista pedagógico, a EDS se articula com perspectivas críticas da educação, como a pedagogia freireana e a pedagogia ecológica (Orr, 2002), promovendo uma aprendizagem ativa, interdisciplinar, contextualizada e voltada à ação transformadora. As instituições de ensino superior (IES), nesse contexto, são chamadas a desempenhar um papel central na promoção da EDS, por meio da formação de sujeitos reflexivos, da produção de conhecimento comprometido com os desafios socioambientais e da gestão sustentável de suas estruturas organizacionais.

Na prática, a EDS demanda mudanças curriculares, metodológicas e culturais nas instituições educacionais. Requer, ainda, o envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a promoção de políticas institucionais coerentes com os ODS e o fortalecimento de redes colaborativas locais e globais. Trata-se de um processo contínuo e integrado, em que teoria e prática devem caminhar juntas na construção de um projeto educativo alinhado aos princípios da sustentabilidade.

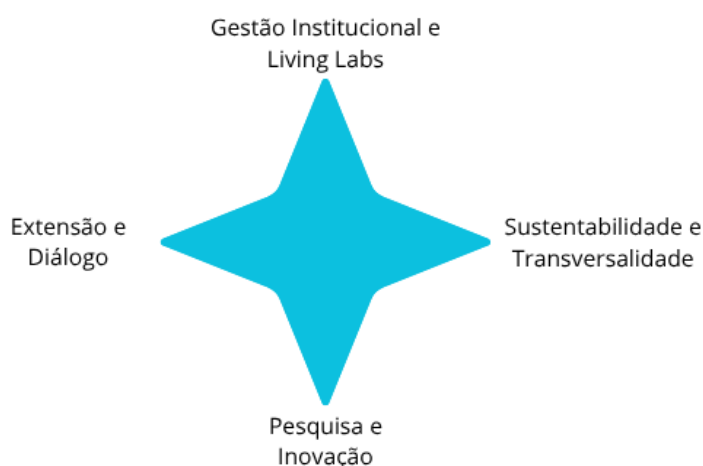
Nesse sentido, os fundamentos teóricos aqui delineados não se limitam à abstração, mas servem como alicerces para uma práxis educativa que reconhece a conexão entre o saber e o agir. Ao articular o pensamento complexo com as demandas pragmáticas do ambiente universitário, estabelecemos um campo fértil onde a ética e a sustentabilidade deixam de ser temas transversais e passam a configurar o “próprio DNA” da formação acadêmica.

4.2 Detalhamento dos eixos estratégicos do plano de ação

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no ambiente acadêmico requer uma visão sistêmica que integre a teoria à estrutura institucional. Para que a sustentabilidade deixe de ser um conceito abstrato e se torne uma prática cotidiana, este plano de ação é estruturado em quatro eixos estratégicos

interdependentes. Esses eixos, como mostra a figura 6, funcionam como pilares que sustentam a transição para uma universidade resiliente, conectando a gestão administrativa ao fazer pedagógico e à responsabilidade social.

Figura 6 - Eixos estratégicos do plano de ação



Fonte: Figura elaborada pelo autor (2026)

A implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no Ensino Superior exige uma abordagem que ultrapasse a dimensão puramente pedagógica, alcançando a estrutura organizacional da instituição. O **primeiro eixo**, focado na Gestão Institucional e no Campus como Laboratório Vivo, propõe que a sustentabilidade se torne o princípio organizador das políticas e atividades universitárias. Isso significa que a IES deve liderar pelo exemplo, integrando práticas de gestão de resíduos, eficiência energética e consumo consciente em seu cotidiano. Ao transformar o espaço físico em um "laboratório vivo", a universidade permite que a comunidade acadêmica visualize a aplicação prática dos ODS, reduzindo a pegada ecológica da instituição enquanto promove uma cultura de cuidado e responsabilidade socioambiental.

No que tange ao **segundo eixo**, a Sustentabilidade Curricular e Transversalidade, o plano busca romper com a fragmentação do conhecimento por meio do diálogo entre as disciplinas. Inspirado no pensamento complexo de Edgar Morin, este eixo defende que a sustentabilidade não seja tratada como um conteúdo periférico, mas como uma lente ética que atravessa todas as áreas de formação, do Bacharelado à Licenciatura. A meta é garantir que o egresso desenvolva competências críticas, como o pensamento sistêmico e a capacidade de

antecipação, tornando-se um profissional capaz de tomar decisões que considerem os limites planetários e a justiça social, em conformidade com a Meta 4.7 da Agenda 2030.

O **terceiro eixo**, voltado à Pesquisa Interdisciplinar e Inovação para a Resiliência, reconhece a universidade como o espaço primordial para a geração de soluções diante das crises contemporâneas. Este eixo propõe o incentivo a projetos de investigação que busquem mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a adaptação social, especialmente em contextos de vulnerabilidade local. Ao fomentar pesquisas que integrem diferentes saberes, a IES cumpre seu papel de vanguarda científica, produzindo tecnologias e conhecimentos que auxiliem na construção de territórios mais resilientes, respondendo de forma direta às urgências evidenciadas por eventos climáticos extremos.

Por fim, o **quarto eixo**, centrado na Extensão e no Diálogo de Saberes, consolida a função social da universidade ao promover a interação com a sociedade. A extensão universitária atua como o braço executivo da Agenda 2030, levando o conhecimento acadêmico para fora dos muros institucionais e, simultaneamente, absorvendo os saberes da comunidade. Por meio de projetos colaborativos, palestras e ações de alfabetização climática, a universidade fortalece a cidadania e a participação ativa, construindo redes de solidariedade e conhecimento que são essenciais para a transformação democrática e sustentável dos territórios onde a instituição está inserida.

A articulação prática do processo de categorização seguiu rigorosamente o fluxo metodológico ilustrado na Figura 1, transicionando da teoria de Bardin (2016) para a operacionalização dos dados desta pesquisa. Enquanto a Pré-análise e a Exploração do material permitiram o isolamento e a codificação das Unidades de Registro (UR) no corpus de sete produções, o Tratamento dos resultados e a Inferência consolidaram o amadurecimento conceitual que deu origem aos quatro eixos estratégicos do plano de ação. Para evidenciar essa convergência e conferir total rastreabilidade ao processo, o Quadro 5, a seguir, demonstra como os recortes textuais brutos se desdobraram nas categorias analíticas finais através das inferências realizadas.

Quadro 5 - Matriz de Correspondência e Tratamento dos Resultados

Etapa de Exploração	----->	Etapa de Tratamento e Inferência	
Unidades de Registro (UR) Isoladas no Corpus	Autores de Origem	Inferências Metodológicas (Justificativa)	Categoria Analítica Final (Eixos do Cap. 4)
necessidade de indicadores de avaliação" / "minimizar efeitos negativos no uso de recursos"	Griebeler (2019); Velazquez (2006)	A governança precisa tangibilizar a sustentabilidade na infraestrutura prática da instituição.	Eixo 1: Gestão Institucional e Living Labs
"inclusão da sustentabilidade como eixo transversal nos currículos"	Colombo (2021); Pinhabe et al. (2022)	Superação do ensino conteudista e fragmentado por meio da transversalidade ética.	Eixo 2: Sustentabilidade Curricular
"estudos, projetos interdisciplinares" / "geração de soluções diante das crises"	Mikolaiczuk (2023); Cortese (2003)	A produção científica deve focar na mitigação de impactos locais e na resiliência climática.	Eixo 3: Pesquisa e Inovação
"ações desenvolvidas no curso" / "diálogo de saberes e saberes tradicionais"	Gomes e Lenzi (2022); Dias (2023)	A universidade atua como braço executivo da Agenda 2030 na comunidade externa.	Eixo 4: Extensão e Diálogo de Saberes

Fonte: elaborado pelo autor (2026), com base nas etapas de Bardin (2016).

Como resultado do processo de categorização e do tratamento das unidades de registro realizado na etapa metodológica, emergiram as quatro macrodimensões que dão corpo à vertente propositiva desta dissertação. Antes de proceder ao exame aprofundado de cada dimensão, faz-se necessário explicitar o escopo teleológico que as fundamenta. O Quadro 6 sistematiza os objetivos centrais de cada eixo estratégico, explicitando o horizonte prático que se almeja alcançar em cada esfera de atuação da governança universitária.

Quadro 6 - Quadro-síntese dos Objetivos dos Eixos estratégicos

Eixo Estratégico do Plano de Ação	Objetivo Principal do Eixo
Eixo 1: Gestão Institucional e Campus como Laboratório Vivo (<i>Living Lab</i>)	Transformar a infraestrutura e a governança interna da IES em um ecossistema de experimentação prática, liderando pelo exemplo através da eficiência energética, gestão de resíduos e consumo consciente.
Eixo 2: Sustentabilidade Curricular e Transversalidade	Romper com a fragmentação do conhecimento (Morin), integrando a Agenda 2030 e os ODS como uma lente ética transversal e interdisciplinar em todos os cursos de graduação.
Eixo 3: Pesquisa Interdisciplinar e Inovação para a Resiliência	Incentivar investigações científicas integradas voltadas a mitigar impactos climáticos locais e propor soluções inovadoras para contextos de vulnerabilidade.
Eixo 4: Extensão e Diálogo de Saberes	Consolidar a função social da universidade por meio do intercâmbio entre o conhecimento acadêmico e as demandas da comunidade, promovendo a cidadania planetária e a alfabetização climática.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Uma vez estabelecidos os eixos estruturantes e compreendidos os objetivos fundamentais que justificam a existência de cada um deles, o plano de ação ganha contornos de maturidade teórica. O passo subsequente exige a transição do nível macro estratégico para o nível micro operacional. Sendo assim, encerra-se esta etapa de contextualização para dar início, no item 4.3, ao detalhamento das ideias e propostas de ações práticas que darão vida a cada eixo, fornecendo aos gestores universitários as ferramentas necessárias para a implementação da Agenda 2030 no ambiente acadêmico.

4.3 Diretrizes de um plano de ação para a integração da educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior

Uma das primeiras ações desse plano deve ser a formação docente, com foco na sensibilização e capacitação para temas relacionados à sustentabilidade. Professores precisam ser incentivados a revisar suas práticas pedagógicas, incorporando metodologias ativas e críticas, como a aprendizagem baseada em projetos, a interdisciplinaridade e a aprendizagem experiencial (Moura, 2024). Essa formação deve promover o desenvolvimento das competências para a

sustentabilidade, junto de um pensamento sistêmico, normatividade, colaboração e ação estratégica.

Outro eixo importante é a revisão dos currículos e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), de forma que a EDS seja incluída como diretriz orientadora e não apenas como conteúdo complementar. A transversalização da temática nos diferentes campos do saber contribui para formar profissionais comprometidos com os desafios contemporâneos.

Além disso, o plano deve contemplar a gestão sustentável da própria instituição, tornando o campus um laboratório vivo de práticas sustentáveis, com ações que envolvam mobilidade, consumo, energia, resíduos e inclusão social. Essa proposta está alinhada ao conceito de universidade sustentável, defendido por Cortese (2003), que propõe a sustentabilidade como princípio organizador das políticas, decisões e atividades universitárias.

A elaboração desta proposta de Plano de Ação reafirma a convicção de que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é a ferramenta catalisadora para uma reinvenção necessária do Ensino Superior. Ao articular os eixos de gestão, currículo, pesquisa e extensão, a estratégia aqui delineada busca oferecer um roteiro prático para que as instituições possam transitar de uma postura meramente informativa para uma atuação verdadeiramente transformadora.

Entende-se que a aplicabilidade deste plano depende do compromisso coletivo e de uma vontade política institucional que reconheça a sustentabilidade não como um custo, mas como o investimento ético mais urgente da contemporaneidade. Assim, ao concluir a apresentação deste instrumento de ação, abre-se espaço para a síntese final deste estudo, onde serão resgatadas as reflexões sobre os desafios e as potencialidades da educação superior como bússola para um planeta resiliente e socialmente justo.

A elaboração desta proposta de Plano de Ação permite consolidar o atendimento aos objetivos específicos delineados no início deste estudo. A pesquisa logrou êxito ao fundamentar teoricamente a EDS e ao detalhar eixos estratégicos que traduzem conceitos complexos em diretrizes operacionais. No entanto, é importante ressaltar que a proposição aqui apresentada configura-se como um modelo referencial. A plena contemplação do objetivo de 'aplicabilidade imediata' encontrou limitações na diversidade das estruturas administrativas das IES

brasileiras, o que impede a criação de um roteiro único e universal, exigindo que cada instituição adapte estas ideias à sua maturidade institucional e disponibilidade orçamentária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu do desafio de compreender como a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pode subsidiar um plano de ação capaz de fortalecer o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) frente às crises contemporâneas. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a integração da sustentabilidade no ambiente acadêmico transcende a escolha opcional; configura-se como uma exigência ética e normativa imposta pela urgência climática e pelos compromissos globais da Agenda 2030, que demandam uma resposta institucional imediata e estruturada

Os fundamentos teóricos explorados revelaram que a universidade possui uma responsabilidade social única, atuando como elo entre a produção de conhecimento e a aplicação prática de soluções globais. Através do tripé ensino, pesquisa e extensão, ela detém o potencial de formar a "massa crítica" necessária para a transição de modelos de desenvolvimento predatórios para uma lógica regenerativa. A trajetória pessoal e acadêmica da autora, imersa nas Ciências Biológicas, reforçou a premissa de que a educação é o instrumento indispensável para converter o conhecimento técnico em mudança efetiva de comportamento social.

Nesse percurso, as contribuições de Gadotti (2001, 2008) foram basilares ao proporem a ecopedagogia como uma pedagogia centrada na vida. Para o autor, a EDS não deve ser reduzida a um tópico isolado do currículo, mas sim configurar-se como uma postura ética que respeita identidades e diversidades. Essa dimensão política e transformadora foi decisiva para a concepção do Plano de Ação aqui proposto, especialmente ao destacar que a sustentabilidade implica uma mudança no sistema e o compartilhamento de valores orientados pelo cuidado com a Terra.

A essa visão filosófica somou-se a perspectiva de Cortese (2003), que atribui às IES uma liberdade acadêmica e uma diversidade de habilidades sem paralelos para realizar "experiências ousadas". Essa afirmação ressoa diretamente no eixo da Gestão Institucional, onde a universidade deixa de meramente discursar sobre sustentabilidade para praticá-la em sua governança, política energética e gestão de resíduos. Ao situar as IES como protagonistas da transição, Cortese confere legitimidade à ousadia que o plano de ação exige de gestores e docentes.

Complementarmente, Veiga (2022) ampara a necessidade de uma visão humanística, defendendo que o desenvolvimento sustentável não pode ser tratado de forma isolada do conceito de desenvolvimento humano. Essa perspectiva sustenta o eixo da Sustentabilidade Curricular ao defender que os ODS sejam lentes éticas transversais. Assim, o diploma acadêmico ganha um novo sentido social, garantindo que o egresso, independentemente de sua área, esteja apto a tomar decisões que considerem a justiça social e os limites biofísicos do planeta.

Para que essa transformação não permanecesse apenas no campo das intenções, o aporte de Griebeler (2019) sobre avaliação e mensuração mostrou-se indispensável. A necessidade de indicadores institucionais permitiu que o plano contemplasse metas, prazos e responsabilidades claras. É a partir desse olhar avaliativo que o conceito de campus vivo deixa de ser uma metáfora inspiradora e se converte em instrumento concreto de mudança, permitindo monitorar o impacto real da universidade sobre o território em que está inserida.

A análise histórica dos eventos climáticos e dos marcos diplomáticos, como a Rio-92 e o Acordo de Paris, demonstrou que a eficácia das metas globais depende da "alfabetização climática" das lideranças formadas no ensino superior. Nesse sentido, o Plano de Ação proposto não é apenas um guia administrativo, mas um convite à reinvenção da cultura acadêmica sob a ótica da complexidade e da transdisciplinaridade, rompendo com a fragmentação do saber que historicamente isolou a ciência da realidade social, em consonância com as advertências de Edgar Morin.

Embora a abordagem bibliográfica desta pesquisa tenha limitado a testagem empírica do plano de ação em tempo real, o que configura uma limitação de alcance prático, o valor de sua contribuição permanece preservado. A pesquisa valida a eficácia conceitual do modelo ao ancorá-lo rigidamente na literatura científica, assegurando que as diretrizes propostas emanem de pressupostos teóricos e metodológicos legitimados pelos especialistas supracitados, e não de suposições abstratas. Essa fundamentação confere ao roteiro prático a segurança e a robustez necessárias para funcionar como uma matriz replicável para a gestão universitária. O plano cumpre, portanto, o papel de uma proposição conceitual amadurecida, deixando a cabo de estudos futuros a sua operacionalização experimental e a respectiva avaliação de impactos nas Instituições de Ensino Superior.

Evidenciados os alcances e os limites metodológicos deste estudo, cumpre destacar as principais contribuições que esta investigação oferece ao campo da educação superior e à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). No plano teórico, a pesquisa preenche uma lacuna relevante ao operacionalizar a transição conceitual da Educação Ambiental tradicional para a abordagem sistêmica da EDS no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Já no plano prático e formativo, o trabalho afasta-se do mero diagnóstico de problemas para fornecer um arcabouço estruturado e replicável. A matriz de quatro eixos estratégicos proposta constitui uma ferramenta metodológica concreta, apta a orientar gestores e docentes na revisão de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e na formulação de indicadores institucionais genuinamente alinhados aos objetivos da Agenda 2030.

É precisamente nesse ponto que a presente dissertação avança em relação às produções acadêmicas analisadas no estado da arte. Enquanto o corpus documental investigado concentra-se, majoritariamente, em diagnosticar os desafios decorrentes da ausência de indicadores e em apontar a inserção ainda superficial dos ODS nas universidades, este estudo transpõe a barreira da mera constatação do problema para propor uma via de solução estruturada. Além disso, o trabalho inova ao posicionar o conceito de Living Labs no cerne da governança universitária, demonstrando como a infraestrutura física e a gestão institucional podem se converter em espaços práticos de alfabetização climática e inovação pedagógica.

Neste cenário, a implementação de um plano estruturado, articulando os eixos de Gestão, Currículo, Pesquisa e Extensão, materializa a sustentabilidade em responsabilidades institucionais claras. A execução desta estratégia alteraria profundamente a cultura organizacional: a gestão passaria a considerar indicadores socioambientais em cada contrato; o corpo docente seria incentivado à prática interdisciplinar; a pesquisa científica se concentraria na busca por soluções ecoeficientes locais; e a extensão atuaria como o braço executivo da Agenda 2030, levando o saber acadêmico para fora dos muros da instituição.

Ademais, a adoção dos 17 ODS no contexto universitário revela-se como uma linguagem universal que conecta a academia às necessidades reais do planeta. Essa integração permite que cada disciplina identifique sua contribuição para metas como o combate à pobreza e a educação de qualidade. A universidade, portanto, assume o papel de bússola para a sociedade, transformando o espaço acadêmico

em um ecossistema de resiliência onde a teoria e a prática caminham juntas na construção de territórios mais sustentáveis.

Por fim, conclui-se que o sucesso de um Plano de Ação voltado à EDS depende de um compromisso coletivo e de uma vontade política que reconheça a sustentabilidade como o investimento ético mais urgente da contemporaneidade. Ao transmutar a teoria em estratégias aplicáveis, pavimenta-se o caminho para que a universidade cumpra sua missão de vanguarda científica e humanística, preparando as gerações presentes e futuras para os desafios de um mundo em profunda transformação

5.1 Avaliação dos objetivos e limitações da pesquisa

No que tange aos objetivos específicos estabelecidos para esta investigação, considera-se que foram integralmente contemplados. O objetivo de discutir os fundamentos da EDS foi suprido pela revisão bibliográfica transversal; a identificação de frentes de atuação materializou-se no detalhamento dos eixos estratégicos (item 4.2); e, por fim, a elaboração de um roteiro prático (item 4.3) ofereceu a resposta buscada pelo problema de pesquisa.

Contudo, o percurso investigativo revelou limitações que delimitam o alcance dos achados:

- **Alcance Empírico:** devido ao recorte metodológico voltado à proposição teórica, não foi possível realizar a validação prática (estudo de caso ou aplicação piloto), o que limita a análise da eficácia do plano em tempo real.
- **Barreiras Sistêmicas:** identificou-se que a execução plena esbarra em rigidezes estruturais das IES, como o engessamento de matrizes curriculares e a escassez de recursos para adaptação de infraestruturas sustentáveis.
- **Subjetividade Docente:** a transversalização total encontra limites na necessidade de uma formação continuada e na autonomia didática, processos que demandam tempo e políticas de incentivo persistentes.

Tais limitações, contudo, não invalidam os resultados; pelo contrário, conferem realismo à proposta e reforçam que a EDS é um processo contínuo de construção, e não um produto estático.

5.2. Possibilidades de futuras pesquisas

Embora esta pesquisa tenha avançado na sistematização da EDS no ensino superior, os achados revelam lacunas que abrem caminho para agendas investigativas urgentes, tais como:

- **Indicadores e Avaliação:** desenvolvimento de métricas específicas para monitorar o progresso dos ODS na gestão acadêmica brasileira.
- **Estudos Empíricos sobre *Living Labs*:** documentação de experiências práticas de *campi*-laboratórios no contexto nacional.
- **Formação Docente:** investigação das barreiras psicológicas e estruturais enfrentadas por professores na transição para uma ecopedagogia crítica.
- **Equidade e Justiça Climática:** adaptação da EDS às realidades de populações vulneráveis e povos tradicionais.

Conclui-se que o ensino superior, ao adotar a EDS como eixo integrador, cumpre sua missão social de formar sujeitos capazes de pensar globalmente e agir localmente. Espera-se que este estudo contribua para que as instituições deixem de ser arquipélagos de saberes isolados e se tornem ecossistemas vivos de esperança, transmutando a teoria em planos de ação que pavimentam o caminho para um planeta próspero e socialmente justo.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **O Futuro que Queremos.** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Rio_20_Futuro_que_queremos_guia.pdf?view=1/>, 2012.
- ALBAGLI, Sarita. **Informação e desenvolvimento sustentável:** novas questões para o século XXI. Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.
- AUSUBEL, David Paul. **Educational psychology: a cognitive view.** New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- AZEVEDO, Débora; MACHADO, Lisiane; SILVA, L. V. da. **Métodos e procedimentos de pesquisa: do projeto ao relatório final.** São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável:** das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial:** conceitos, modelos e ferramentas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Raquel Goulart. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 1299–1318, 2010.
- BERCHIN, Issa Ibrahim. **Instituições de educação superior como agentes de inovação para o desenvolvimento sustentável:** estudo em uma universidade comunitária de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BEURON, Thomas Alonço. **A sustentabilidade em universidades:** uma proposta de indicadores para a gestão do campus. 2016. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- BEZERRA, Arlete do Nascimento; JUNG, Hildegard Susana. Relação entre a aprendizagem significativa e práticas pedagógicas: um diálogo com a literatura. In: JUNG, Hildegard Susana; CASAGRANDE, Cledes Antonio; TREZZI, Clóvis (org.). **Interlocuções contemporâneas.** Itapetininga: Edições Hipótese, 2024. p. 1–333.
- BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LINARD, Zoraia Úrsula Silva de Alencar; SOUSA, Ana Carolina Braga de. Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, p. 25–31, 2011.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o greening das universidades. **Revista Thesis Juris**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 549–572, 2016. DOI: 10.5585/rjt.v5i2.464.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

COLLADO RUANO, Javier. **O desenvolvimento sustentável na educação superior: propostas biomiméticas e transdisciplinares**. [S. l.]: [s. n.], 2017.

CORREIA, Maria Helena et al. Desenvolvimento sustentável: importância da educação sustentável no âmbito escolar e social. In: **Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**, 3., 2015. Anais [...]. 2015.

CORTESE, Anthony D. The critical role of higher education in creating a sustainable future. **Planning for Higher Education**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 15–22, 2003.

CRESWELL, John W. et al. Qualitative research designs: selection and implementation. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 2, p. 236–264, 2007.

DA SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

DECLARAÇÃO DE DAKAR. **Educação para todos: compromisso de Dakar**. Dakar: UNESCO, 2000.

DIAS, Amanda Siqueira Loureiro. Práticas educativas para um desenvolvimento sustentável. **Gestão & Educação**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 6–14, 2023.

ELKINGTON, John. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor & Gestão**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 22–28, 2009.

EVANS, James et al. Living labs and co-production: university campuses as platforms for sustainability science. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 16, p. 1–6, 2015.

FLEIG, Raquel; NASCIMENTO, Iramar Baptistella do; MICHALISZYN, Mario Sergio. Desenvolvimento sustentável e as instituições de ensino superior: um desafio a cumprir. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 95, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. — (Série Unifreire; 2).

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição crítica à década da educação para o desenvolvimento sustentável. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Marcos Aurélio; LENZI, Livia Aparecida Ferreira. Objetivos de desenvolvimento sustentável e extensão universitária. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, 29., 2022. Anais [...]. 2022. p. 1–12.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155–178, 2018.

GRIEBELER, M. P. D. **As instituições de ensino superior e os objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

HOFF, Débora Nayar et al. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’Ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157–183, 2011.

INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

JUNG, Hildegard Susana et al. **Interlocuções contemporâneas**. Itapetininga: Edições Hipótese, 2024.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. [S. l.]: [s. n.], 2010.

KÖNIG, Ariane; EVANS, James. Introduction: experimenting for sustainable development? In: **Regenerative sustainable development of universities and cities**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013. p. 1–24.

LARA, Pedro Túlio de Resende. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais**, p. 1646–1656, 2012.

LENZI, Livia Aparecida Ferreira; GOMES, Marcos Aurélio. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e extensão universitária**: ações desenvolvidas no curso de Biblioteconomia da UFAL. **REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE**, v. 12, n. 15, 2023.

LIZOTE, Suzete Antonieta et al. Desenvolvimento sustentável de universidades: um estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 69–89, 2018.

MATIJASCIC, Milko et al. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável. 2024.

MENEGAT, Jardelino; FRANCO, Julia Capalonga. A educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, 2024.

MENEGAT, Jardelino. **Educar para competências**. Porto Alegre: CirKula, 2025.

MENEGAT, Jardelino; FRANCO, Julia Capalonga. A Hermenêutica e a Tradução de Conceitos de Sustentabilidade em Diferentes Linguagens Educacionais. In. JUNG, Hildegard Susana. **Formação e Prática do(dis)cente**: Aspectos para uma Educação Inovadora. [recurso eletrônico] / Organização Hildegard Susana Jung - 1. ed. - Porto Alegre : CirKula, 2026.

MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. Educação para o desenvolvimento sustentável. **Revista Poiesis Pedagógica**, 2023.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MOURA, Wilson Antonio Lopes de. **A temática socioambiental e a formação continuada de professores**: uma proposta mediada por tecnologias digitais. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NISHIMURA, Érica Kamimura. **Inserção da sustentabilidade nas instituições de ensino superior**. São Carlos: USP, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução aprovada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015. A/RES/70/1. ONU, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Além dos limites**: Novas formas de reinventar a educação superior. Documento de trabalho para a Conferência Mundial de Educação Superior. 2022.

ORR, David William. **The nature of design**. New York: Oxford University Press, 2002.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si'**. Rio de Janeiro: Loyola, 2015. https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf

PRATES, Alzira Oliveira et al. Práticas educativas para um desenvolvimento sustentável. **Latin American Journal of Development**, v. 6, n. 3, 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima**. Kyoto, 1997. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-kyoto-protocol>

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 176, de 6 de maio de 2024. Canoas, 2024.

SACHS, Jeffrey David. From millennium development goals to sustainable development goals. **The Lancet**, v. 379, n. 9832, p. 2206–2211, 2012.

SARMENTO, Dirléia Fanfa et al. Relações entre o direito à educação e a educação para o desenvolvimento sustentável. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 80, 2025.

SCHARF, Regina. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra, 2004.

SERAFINI, Paula Gonçalves. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior**. 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_67bfe71e88900e63b823534382a8f3de. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Danise Guimarães da. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. 2012. Monografia.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon**. Brasília: UNESCO, 2016.

UNESCO. **Education for sustainable development goals: learning objectives**. Paris: UNESCO, 2017.

UNESCO. **United Nations decade of education for sustainable development**. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO. **Shaping the Future We Want: UN Decade of Education for Sustainable Development, Final Report**. UNESCO Publishing, Paris. Disponível: *Shaping the Future We Want - UN Decade of Education for Sustainable Development (Final report)*: Sustainable Development, 2014.

UNESCO. **O Futuro da Educação: Aprender a Ser**. Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação. UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375746>. 2021

UNIVERSIDADE LA SALLE. Resolução nº 087, de 13 de dezembro de 2024. Canoas, 2024.

VIEGA, Geise Loreto Laus. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: o papel de uma universidade Para além do desenvolvimento regional**. 2022.

VELAZQUEZ, Luis et al. Sustainable university: what can be the matter? **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9–11, p. 810–819, 2006.

